UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO DA INTERNACIONAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS (PSIRU)

https://www.gre.ac.uk/business/research/centres/public-services/home

Comentário ao estudo da Comissão Europeia "Serviços de água em determinados Estados-membros"

> por Dr. Emanuele Lobina PSIRU, Universidade de Greenwich e.lobina@gre.ac.uk

> > Fevereiro de 2018

Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos (FSESP/EPSU)

(traduzido por STAL)

Índice

4
5
5
5
6
8
9
12
13
. 15
15

Comentário ao estudo da Comissão Europeia

"Serviços de água em determinados Estados-membros"

1. Introdução

Em Julho de 2015, a consultora Ramboll realizou um "Estudo sobre os serviços de água em determinados Estados-Membros" para a Comissão Europeia (doravante, o Estudo)ⁱ. O Estudo aborda o desempenho relativo de sistemas públicos e privados e o impacto das regras de contratação pública no sector da água, através da revisão da literatura em sete Estados-Membros (Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Polónia, Hungria e Suécia) e de entrevistas às partes interessadas. O Estudo não encontra correlação entre: a) o preço e a qualidade dos serviços de abastecimento de água e a propriedade pública ou privada dos serviços; b) o quadro institucional e regulatório adoptado e benefícios para os consumidores; c) os procedimentos adoptados para adjudicar o serviço de abastecimento de águas residuais e benefícios para os consumidores; e, d) o preço e a qualidade dos serviços de abastecimento de água e a adjudicação do serviço de abastecimento de água e tratamento de águas residuais sem concurso público. A Comissão Europeia pediu à Ramboll para desenvolver o Estudo com vista à avaliação os efeitos económicos sobre o mercado interno da exclusão das concessões da água/águas residuais da aplicação da Directiva Europeia sobre a adjudicação de concessões, de 2014. Consequentemente, as implicações políticas do Estudo merecem especial atenção.

Este Comentário, encomendado pela Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos (FSESP), considera as implicações políticas do Estudo, à luz das suas próprias limitações. Os autores do Estudo reconhecem algumas dessas limitações: nomeadamente, o número limitado de países selecionados para a comparação e a comparabilidade limitada dos dados entre os países selecionados. Outras, e mais sérias limitações incluem: i) a falha em discutir características do sector da água (e.g. custos de transacção elevados) que tem consequências importantes para as implicações políticas do Estudo; ii) o âmbito limitado da literatura consultada para os objectivos do Estudo, que deixa de fora importantes contributos para o debate; iii) a selectividade na escolha das partes interessadas entrevistadas em certos países, que desequilibra o Estudo numa série de questões-chave; iv) os erros categóricos na definição dos factores sociais discutidos (incluindo factores tão diversos como a corrupção, irregularidades, qualidade do serviço e remunicipalização), e/ou inferindo a sua significância a partir dos dados observados; e, v) a visão estreita sobre o objetivo último do abastecimento de água, que negligencia a importância de factores sociais além dos indicadores técnicos usados nos exercícios de benchmarking.

À luz das limitações do Estudo, este Comentário identifica um número de implicações políticas caindo largamente em três rubricas principais: 1) os custos de transacção da liberalização e privatização da água representam um prejuízo social; 2) os custos sociais da liberalização e privatização da água estão subestimados e necessitam de ser enfrentados; e, 3) o que as pessoas querem é á água pública e direito à água – não querem liberalização, privatização ou regulação tecnocrática. O Comentário termina com as observações finais, enfatizando que é tempo de a Comissão Europeia abandonar a sua obsessão de liberalização da água, privatização e regulação tecnocrática e em vez disso criar um ambiente institucional onde o direito humano à água possa prosperar. Este ambiente institucional podia ser criado adoptando legislação que promova uma significativa participação pública no processo de

decisão no serviço de abastecimento de água, combata os custos excessivos da água para os utilizadores e fomente no espaço europeu as parcerias público-público para o desenvolvimento das capacidades no sector da água, em complemento com as parcerias público-público internacionais, Norte-Sul e Sul-Sul.

Os custos de transacção da liberalização da água, privatização e regulação tecnocrática representam um prejuízo social

O Estudo não analisa as implicações políticas das suas quatro principais conclusões – i.e. que não há correlação entre o preço e a qualidade e, respectivamente, propriedade organizacional, o quadro institucional e os procedimentos de adjudicação adoptados, e os processos não concorrenciais de atribuição de direitos de fornecimento dos serviços. Tampouco debate a característica do sector da água, como a presença de elevados custos de transacção que, combinados com estas considerações tem enormes implicações.

Os custos de transacção são os custos suportados pelas empresas privadas para estruturar projetos de infraestrutura (como alocar riscos políticos e comerciais), e suportados por governos e/ou consumidores para reformar o sector e monitorizar as operações após as reformas, incluindo os custos de organizar os concursos no caso da liberalização, redigir contratos com os operadores privados, estruturar e gerir agências regulatórias, revisão de contratos insatisfatórios, e os custos associados com disputas legais e extra-legais que podem surgir com o operador. Há uma falta de medições detalhadas dos custos de transação associados aos diferentes tipos de propriedade, por exemplo, sob gestão pública ou privada. Também não foi realizado até à data uma comparação quantitativa definitiva dos custos de regulatórios de transacção entre os diferentes arranjos institucionais.

Contudo, os custos de transacção não são insignificantes e podem variar consideravelmente dependendo do modelo institucional. Por exemplo, o OFWAT – o regulador económico do sector da água em Inglaterra e País de Gales – é financiado por taxas de licença recuperadas das empresas de água privatizadas. O orçamento do OFWAT para 2017-2018 excede os 25 milhões de libras^v e gastou mais de 29 milhões em 2014-2015. Em 1997, o Banco de Desenvolvimento Interamericano emprestou 40 milhões de dólares ao Equador, dos quais 20, 2 milhões foram reservados para financiar os custos de transacção relacionados com a adjudicação do contrato de concessão do saneamento da cidade de Guayaquil por 30 anos. Isto incluiu os custos de preparação das especificações do concurso e de estudos técnicos, legais e financeiros. Apesar da disponibilidade de recursos, apenas foi submetida uma oferta às entidades concedentes que adjudicaram o contrato ao único concorrente. Vii

Uma implicação política da reivindicação de que não há diferença no preço e na qualidade entre diversos arranjos institucionais e mecanismos de concurso – incluindo adjudicações concorrenciais e não concorrenciais (ajuste direto) - é que os custos de transacção associados à organização, implementação e monitorização dos procedimentos concorrenciais de adjudicação dos contratos de concessão assim como a regulação dos serviços de água liberalizados e privatizados equivalem a um prejuízo social.

Da mesma forma, se não existe diferença de preço e qualidade entre prestação pública e privada, e entre diferentes quadros regulatórios, os custos de transacção associados à liberalização da água, privatização e regulação tecnocrática representa uma perda líquida. Por outras palavras, em todos

estes casos, os custos de transacção são pagos pelos contribuintes e ou pelos consumidores sem que beneficiem da reforma do sector.

Os beneficiados incluem as agências e consultores encarregados da monitorização do processo e as empresas privadas concessionárias. Em contrapartida, para os contribuintes e/ou consumidores os custos de transacção da liberalização da água, privatização e regulação tecnocrática são uma perda líquida. O resultado final é que os contribuintes e os consumidores estariam bastante melhor sem liberalização e privatização da água (i.e. sob gestão pública) e sem regulação tecnocrática (e.g. na presença de regulação in-house).

3. Os custos sociais da liberalização e privatização da água são subestimados e devem ser enfrentados

O Estudo merece elogio pelo facto de abordar temas importantes como a corrupção que são frequentemente negligenciados em estudos semelhantes. Contudo, a discussão selectiva de indicadores técnicos, análises documentais e entrevistas aos "intervenientes relevante", distorcem a realidade da reforma do sector da água. Como resultado desta abordagem tendenciosa, o Estudo pinta um cenário cor-de-rosa, do resultado da liberalização e privatização da água do que é justificado pela realidade e não faz justiça aos méritos da provisão pública.

Caixa 1. Entrevistas selectivas com partes interessadas no Reino Unido

Os autores do Estudo usam entrevistas seleccionadas com as inrtervenientes relevantes para integrar a revisão da literatura em cada país. A selecção dos entrevistados parece reflectir um equilíbrio entre as partes interessadas, e.g. entre operadores públicos e privados, mais em relação a alguns países do que a outros. Por exemplo, os cinco entrevistados seleccionados para o Reino Unido, incluem um representante de uma empresa privada, um representante de uma associação da água dominada pelo sector privado, dois reguladores para a Inglaterra e País de Gales – ambos apoiantes da privatização, e o regulador para a Irlanda do Norte. Nenhum representante dos operadores públicos foi entrevistado para os objectivos do Estudo, nem nenhum representante dos sindicatos ou de associação cívicas. A desequilibrada composição dos interesses representados nas entrevistas poderá explicar a avaliação relativamente benigna da privatização na Inglaterra e País de Gales, como se discute em seguida.

Uma análise mais equilibrada da evidência sobre a eficiência e produtividade comparadas, detecção de irregularidades e implicações operacionais sobre a distribuição do bem-estar teria mostrado a urgência em enfrentar os custos sociais da liberalização e privatização da água. Isto inclui os custos sociais de oportunidade da liberalização e privatização, consistindo em primeiro lugar nos custos do desaproveitamento do potencial do sector público para promover o direito humano à água. Este direito, reconhecido pelas Nações Unidas, requer que a água e o saneamento sejam disponibilizados, acessíveis, seguros e economicamente acessíveis para todos sem discriminação. Viii

3.1 Um debate parcial sobre a comparação da eficiência e produtividade

O Estudo examina apenas uma parte da vasta literatura sobre a eficiência relativa de sistemas públicos e privados, valorizando a importância das publicações que favorecem a eficiência da gestão privada, desvalorizando as publicações que não encontram qualquer superioridade privada. O enviesamento do Estudo na comparação da eficiência e da produtividade é particularmente evidente na relação entre

dois países que são amplamente considerados como os principais modelos da participação do sector privado no abastecimento de água e no saneamento: França e Reino Unido.

No que diz respeito à França, o Estudo dá particular proeminência a uma análise econométrica recente de 177 serviços de águas, que não encontra nenhuma diferença significativa em termos de eficiência entre a gestão pública e privada. ^{ix} O Estudo, contudo, não discute uma análise comparativa anterior sobre 5000 serviços de água franceses que conclui que a gestão pública é superior. ^x

Relativamente ao Reino Unido, o Estudo confere particular relevância à reivindicação de que as empresas privadas do Reino Unido e País de Gales suplantam as empresas públicas da Escócia e Irlanda do Norte, em termos da qualidade do abastecimento de água, e o preço médio cobrado pelas empresas privadas é só 3.8% mais elevado que a o preço médio cobrado pelas empresas públicas na Escócia e Irlanda do Norte. Não é feita nenhuma alusão ao facto de que a diferença entre a densidade populacional na Inglaterra (423 pessoas por km2), Gales (149 pessoas por km2), Irlanda do Norte (135 pessoas por km2), e Escócia (68 pessoas por km 2) pode enviesar a comparação dos dados. Por um lado, uma grande densidade populacional facilita a eficiência porque os custos de capital e operacionais (per capita) são mais baixos. Por outro lado, uma densidade populacional mais baixa dificulta o desempenho em alguns indicadores de qualidade usados no Estudo. Por exemplo, servir grandes áreas de população dispersa tem uma desvantagem comparativa em indicadores como o fornecimento ininterrupto devido aos elevados custos de manutenção e intervenção nas zonas rurais isoladas. Assim, considerando as diferentes densidades populacionais reforçar-se-ia o argumento de que as empresas públicas da Escócia e da Irlanda do Norte são comparativamente mais eficientes do que as empresas privadas do Reino Unido e do País de Gales.

O Estudo também afirma que a privatização da água efectuada em 1989 levou a melhorias na qualidade do serviço devido ao aumento do investimento nas infra-estruturas. Contudo, o Estudo omite o exame da literatura comparativa sobre eficiência e produtividade na Inglaterra e País de Gales – algo que teria permitido aos autores qualificar essa afirmação. Em particular, um artigo de 2007 conclui que "enquanto que as melhorias técnicas aumentaram após a privatização, a produtividade não melhorou". xii A falta de provas das melhorias no crescimento do factor total de produtividade depois da privatização é confirmado por uma série de outras análises. Igualmente, um artigo de 2008 demonstra que manter o investimento à taxa de crescimento alcançada sob a gestão pública entre 1985 e 1989 teria permitido realizar investimentos muito maiores do que os que foram realizados desde a privatização. XiV

3.2 Um debate parcial sobre irregularidades

O Estudo amplia a definição de corrupção do foco principal nos actores públicos e no seu envolvimento no abuso de cargos que ocupam para obtenção de ganho privado, para incluir o comportamento desonesto e fraudulento levado a cabo por qualquer parte interessada resultando em perda económica para outa parte interessada. Esta abordagem à definição de corrupção é benvinda na medida em que envolve todas as formas de abuso de poder além do suborno independentemente de o sector público, privado ou voluntário cometem erros. Em consonância com esta definição, o estudo trata como corrupção a "transmissão incorrecta" de dados por alguns fornecedores privados na Inglaterra e no País de Gales que influenciaram de forma fraudulenta o processo regulatório e aumentaram os lucros das empresas concessionárias. Para mais detalhes sobre esses casos ver o relatório da PSIRU 2008.**V

No entanto, a avaliação do estudo de que a corrupção no setor de água francês é escassa, especialmente após a lei anticorrupção de 1993, revela-se optimista por vários motivos. Primeiro, porque houve mais escândalos de corrupção na França do que o caso único reconhecido pelo estudo um caso em que o presidente da câmara municipal de Grenoble e um executivo da Lyonnaise des Eaux (agora Suez) receberam sentenças de prisão. xvi Por exemplo, tem havido escândalos de corrupção em Angoulême e na Reunião.xvii Em segundo lugar, porque a corrupção e o suborno são crimes muito difíceis de detectar. xviii Em terceiro lugar, porque a multinacional francesa Veolia esteve envolvida em escândalos de corrupção em outros países, incluindo a Itália e os EUA (ver Caixa 2) e, recentemente, em Junho de 2017, esteve envolvida na investigação das práticas alegadamente corruptas de sua subsidiária romena Apa Nova.xix Em quarto lugar, porque um estudo de Price Water House Coopers e ECORYS de 2013, citado no relatório anticorrupção de 2014 da Comissão Europeia, xx estimou que, em 2010, os custos diretos globais de corrupção em compras públicas para água e resíduos, bem como estradas e caminhos de ferro, construção de infraestruturas urbanas, formação, investigação e desenvolvimento, na França, Hungria, Polónia, Espanha, Itália, Lituânia, Holanda e Roménia variaram de € 1,4 mil milhões até € 2,2 mil milhões. Assim, qualquer avaliação da extensão da corrupção e sua associação com a liberalização e a privatização da água deve ser feita com prudência. A preocupação manifestada pelas instituições da UE pela extensão e implicações da corrupção nos contratos públicos - ver, por exemplo, a resolução de 2011 do Parlamento Europeu sobre a modernização dos contratos públicos, xxi e o relatório anti-corrupção da Comissão Europeia de 2014xxii - aponta para a necessidade de vigilância contínua nesta área.

Caixa 2 – Escândalos de corrupção em Itália e Estados Unidos

Em Julho de 2001, os magistrados do tribunal de Milão condenaram Alain Maetz, gestor da divisão de água de Veolia e ex-presidente do município de Milão, Massimo De Carolis, por suborno relacionado com a adjudicação do concurso para a construção e operação de uma estação de tratamento de águas residuais no sul de Milão. O caso entrou em erupção em março de 2000, quando o jornal La Repubblica divulgou que o Sr. Maetz planeava subornar políticos tanto no partido da maioria como no partido da oposição no conselho da cidade de Milão para conquistar o contrato. O Sr. Maetz planeava pagar um total de 2 milhões de euros em subornos para garantir um contrato no valor de mais de 100 milhões de euros. xxiii

Em Junho de 2001, dois sócios próximos de Joseph P. Ganim, prefeito de Bridgeport, EUA, declararamse culpados de acusações de suborno, fraude e evasão fiscal em relação a subornos totalizando US\$700.000 supostamente pagos pelo PSG - uma subsidiária da Vivendi (agora Veolia) desde março de 1999 - "para obter um contrato para operar a estação de tratamento de águas residuais da cidade". xxiv

A discussão do Estudo sobre outras irregularidades como preços excessivos não é menos parcial do que sobre a corrupção. Ignorando casos notáveis de preços excessivos em França e no Reino Unido, o Estudo minimiza a conexão entre liberalização da água e privatização, por um lado, e irregularidades, por outro lado. Por exemplo, casos negligenciados de preços excessivos incluem aqueles onde - devido a contas menos transparentes - operadores privados em Ban-dol-Savary, Nice e Avignon, em França, cobraram aos consumidores por investimentos que não tinham sido feitos.**xv

No Reino Unido, a Comissão das Contas Públicas da Câmara dos Comuns declarou em 2016, que: "O OFWAT, como outros reguladores económicos, sobrestimou repetidamente o custo financeiro em

sucessivas avaliações de preços....Como resultado, as empresas de água obtiveram ganhos inesperados de, pelo menos, £ 1.2 mil milhões de libras entre 2010 e 2015, de facturas mais elevadas do que seria necessário".xxvi Embora este relatório tenha sido divulgado após a conclusão do Estudo em Julho de 2015, a prática condenada pela Comissão de Contas Publicas, também conhecido como "jogo" ("gaming"), não é nova. Este "jogo" acontece em torno dos limites de preços estabelecidos pelo regulador, o OFWAT, nas revisões de preços, que efetivamente estabelecem o nível de preços da água na Inglaterra com 5 anos de antecedência. As empresas apresentam as suas projeçções de despesas e declaram que precisam aumentar os preços para cobrir esses gastos. A OFWAT tem que tentar fazer a sua própria avaliação dessas previsões e depois definir os preços. As empresas têm todos os incentivos para enganar o regulador, exagerando as despesas de capital - então podem cobrar preços mais altos, mas a despesa real é menor, e assim eles podem embolsar a diferença em aumento de lucro. Todo o processo é de facto um jogo entre o regulador e as empresas. Um Relatório PSIRU de 2008 mostra que esse processo tem sido persistente e que, de 1995-1996 a 2005-06, o capital não dispendido das empresas privadas alimentou dividendos no valor de 4,3 mil milhões de libras.xxvii

3.3 Nenhum debate sobre o impacto da liberalização da água e da privatização na redistribuição regressiva

Refletindo as preocupações da Comissão Europeia, o estudo adopta uma definição restrita de qualidade do serviço - limitado a indicadores técnicos relativos à continuidade do fornecimento, pressão, facturamento e medição entre outros. Devido ao seu âmbito limitado, o Estudo não aborda uma série de questões que são fundamentais para o reforço do direito humano à água. Por exemplo, o estudo não considera os efeitos da propriedade sobre a acessibilidade e a distribuição do bem-estar, embora estes sejam aspectos importantes do fornecimento do serviço de água e provimento do serviço público de forma geral. XXVIII Outras questões, como a participação pública na tomada de decisões são discutidas a seguir.

Embora a literatura quantitativa não consiga encontrar evidências consistentes de maior eficiência privada, xxix as análises das mudanças de produtividade induzidas pela liberalização e privatização dos serviços públicos apontam para redução dos custos laborais como a fonte dos ganhos de produtividade e lucros. O projecto de investigação financiado pela UE, PIQUE, descobriu que, nos sectores de electricidade, gás, correios e telecomunicações da Áustria, Bélgica, Alemanha, Polónia, Suécia e Reino Unido, o principal motor do aumento da produtividade do trabalho após a liberalização e a privatização foi o decréscimo relativo do emprego.xxx Por outro lado, um estudo do Banco Mundial que compara o desempenho de mais de 1.200 serviços de água e energia em 71 economias em desenvolvimento e em transição não encontra evidências conclusivas de eficiência superior do sector privado. Os ganhos de eficiência operacional observados em explorações privadas estão ligados a reduções de pessoal e não acompanhados por preços reduzidos e aumento de investimentos, sugerindo que "o operador privado colhe todos os ganhos através de lucros".xxxi

A prestação pelo setor privado não só resulta em redistribuição regressiva por meio de transferência do bem-estar social dos trabalhadores para os accionistas, mas também de consumidores para os accionistas. Isto é particularmente preocupante quando a prossecução dos lucros pelas empresas mina a viabilidade e a capacidade dos consumidores pobres e vulneráveis de acederem aos serviços de água. Na Inglaterra e no País de Gales, as práticas de busca de lucro das empresas privadas - incluindo a "transmissão incorreta" de dados e o processo de "jogos" discutidos na seção 2.2 - exercem uma

pressão para a subida dos preços e representam um determinante chave do aumento alarmante da pobreza hídrica.xxxii Em 2009/10, estimou-se que 23,6% das famílias na Inglaterra e no País de Gales gastavam mais de 3% do seu rendimento em água e esgoto (11,5% gastaram mais de 5% do rendimento).xxxiii Por outras palavras, as facturas de água representaram cerca de 2,3% da despesa média das famílias em 2013, aumentando para mais de 5% para os 10% das famílias mais pobres.xxxiv Como resultado, os juros de mora nas facturas de água são um fator contribuinte para o empobrecimento no Reino Unido.xxxv

Os custos de transação para sair de contratos privados controversos são tais que a redistribuição regressiva e os outros custos sociais da liberalização e privatização da água tendem a tornar-se encargos de longo prazo. Na Inglaterra e no País de Gales, o OFWAT não só falhou só a actuação para evitar o aumento da pobreza hídrica - apesar da responsabilidade estatutária de proteger os interesses de todos os consumidores.xxxvi Também actuou para proteger os interesses das empresas privadas, alargando o período de notificação de fim de contrato de 10 a 25 anos, prolongando consideravelmente o processo de uma eventual renacionalização.xxxvii Em Szeged, na Hungria, o governo municipal abandonou os planos para sair de um contrato insatisfatório após uma subsidiária da Veolia recorrer à arbitragem internacional.xxxviii Em Grenoble, França, o contrato foi rescindido três anos depois de um tribunal decidir que os interesses dos consumidores locais foram prejudicados, um atraso devido em parte a razões legais, mas também às tentativas da administração municipal de evitar pagar a compensação da Suez por rescisão unilateral.xxxiix É assim que muitas vezes a liberalização da água e a privatização bloqueiam as comunidades numa espiral descendente de ganância e lucro, que constituem um obstáculo à realização do direito humano à água e da qual a remunicipalização e a renacionalização oferecem uma via de fuga.

3.4 Nenhum debate sobre os custos sociais de oportunidade da liberalização e privatização da água

Os custos sociais da liberalização da água e da privatização vão além dos discutidos nas secções anteriores. De facto, a liberalização ou a privatização dos serviços de água significa perder a oportunidade de mobilizar o potencial do setor público para promover o direito humano à água. Esta oportunidade perdida dá origem aos custos sociais de oportunidade da liberalização e da privatização e é importante apreciar a natureza desses custos para permitir uma discussão mais equilibrada sobre a reforma do serviço de água, incluindo o retorno à propriedade pública com a remunicipalização. Lamentavelmente, o Estudo falha redondamente em proporcionar esse tratamento equilibrado, assim como permanece largamente silencioso sobre os benefícios sociais da remunicipalização da água e oferece uma análise parcial das suas causas.

Uma diferença fundamental entre o sector privado e o sector público é que, enquanto o sector privado está sujeito ao imperativo de maximização do lucro, o sector público não. Portanto, os operadores privados de água geralmente procuram transferir tanto quanto possível os lucros pós-impostos aos accionistas sob a forma de dividendos ou outros pagamentos diretos e indiretos. Por outro lado, os operadores públicos têm a possibilidade de reinvestir 100% dos lucros pós-impostos para melhorias na qualidade do serviço e o desenvolvimento do sistema local. Por outras palavras, essa diferença fundamental sustenta a possibilidade de maior eficiência, eficácia, inclusão e supervisão democrática nas operações do sector público. Isso ocorre porque podem ser disponibilizados mais recursos para alcançar objetivos técnicos e sociais, desde a redução de perdas para expansão do acesso ao serviço, mantendo preços relativamente mais baixos. Além disso, a ausência de um imperativo de maximização

de lucro significa que as operações públicas podem acomodar formas avançadas de transparência, responsabilidade e participação pública na tomada de decisões que o sector privado não pode tolerar porque isso iria contra a prossecução dos seus objetivos comerciais.xl

Os escassos relatórios detalhados do resultado político da remunicipalização da água produzidas antes da publicação do Estudo mostram que a vantagem comparativa do sector público para a realização do direito humano à água não é apenas teórica. Em Paris, França, o abastecimento de água foi remunicipalizado em Janeiro de 2010. No primeiro ano, o novo operador municipal Eau de Paris, realizou poupanças por eficiência de 35 milhões de euros, o que permitiu uma redução de 8% nas tarifas. O que contrasta com um aumento tarifário de 260% sob gestão privada de 1985 a 2008. A Eau de Paris também aumentou as suas contribuições financeiras para famílias pobres em mais de € 3 milhões por ano e lançou uma campanha de poupança de água que resultou numa poupança em média de €50 por ano nas habitações sociais e absteve-se de cortes de água nas habitações mais pobres/ocupadas. Foram consideravelmente reforçadas a transparência, a prestação de contas e a participação pública na tomada de decisões. Enquanto 11 membros do Conselho de Administração da Eau de Paris eram conselheiros municipais, os outros membros eram dois representantes dos trabalhadores e cinco representantes da sociedade civil. Além disso, duas organizações cívicas sentaram-se como observadoras no Conselho de Administração. xlii

Em Grenoble, o abastecimento de água foi remunicipalizado em Janeiro de 2001. Os preços tinham aumentado 30% sob gestão privada e foram reduzidos em mais de 11% sob gestão público-privada, como parte da transição para a gestão pública completa. Nos quatro anos subsequentes à remunicipalização, as tarifas permaneceram relativamente estáveis, enquanto houve um triplo aumento na renovação da infra-estrutura. A participação pública foi reforçada, já que o Conselho de Administração do novo operador público era composto por 12 membros, dos quais oito conselheiros municipais e quatro representantes da sociedade civil nomeados pelo conselho municipal.xiii O que contrasta com menores níveis de transparência, responsabilização e participação na gestão privada e na gestão público-privada. Por exemplo, os relatórios financeiros anuais do operador privado geralmente consistiam em não mais de uma página e foram criticados por serem totalmente inadequados para permitir que o conselho da cidade e os consumidores controlem a concessionária. Os relatórios anuais produzidos pelo operador público-privado até 1997 também foram criticados por serem vagos e pouco detalhados. Dois representantes dos consumidores foram autorizados a participar das reuniões do semiprivatizado Conselho de Administração, mas sem poder de voto e sob a obrigação de não revelar qualquer informação conseguida nessa qualidade.xiiii

Em Berlim, Alemanha, os serviços de abastecimento de água e saneamento foram parcialmente privatizados em 1999, após um concurso público. A privatização parcial mostrou-se altamente controversa, pois conduziu a um "severo sub-investimento" e à explosão dos preços - por exemplo, os preços da água aumentaram 21% entre 2003 e 2006. Além disso, os contratos privados eram comercialmente confidenciais, de modo que o tratamento favorável dos interesses do setor privado-incluindo um retorno garantido sobre o capital próprio de 8% - não pudesse ser contestado pela opinião pública. XIIV A remunicipalização ocorreu em 2013, quando a cidade de Berlim completou a aquisição das açções detidas por multinacionais privadas RWE e Veolia pagando 1,2 mil milhões de euros no total, um montante que teria que ser pago através de maiores contas de água nos 30 anos seguintes. XIV No entanto, deve notar-se que, de junho de 2012 a maio de 2014, a agência federal da

concorrência da Alemanha condenou os preços excessivos da água cobrada pela empresa de abastecimento de água de Berlim, BWB, entre 2009 e 2011, antes do BWB ser remunicipalizado. Como resultado, o BWB teve de reduzir os preços da água em uma média de 17% durante o período 2012-2018, relativamente a 2011. A redução do preço corresponderia a uma economia de mais de € 440 milhões para os utentes de água de Berlim no mesmo período, mostrando até que ponto os preços da água foram inflaccionados pela empresa semiprivatizada. Nas suas investigações, a agência federal da concorrência comparou os preços da água em Berlim com os de Hamburgo, Munique e Colônia - onde a água é fornecida por serviços públicos que operam em condições técnicas similares às de Berlim - e constatou que não havia justificação para os elevados preços em Berlim.xivi

Enquanto o Apêndice do Estudo sobre a Alemanha discute o corte de preços imposto pela agência da concorrência - mencionando que os preços da água em Berlim aumentaram "em mais de um terço acima da inflação" da privatização parcial de 1999 até 2011 e reconhecendo que os preços em Potsdam aumentaram em cerca de 50% após a privatização, o mesmo anexo chega à conclusão de que "após a municipalização os preços permanecem no mesmo nível que antes".xlvii O Apêndice refere-se às respostas de "várias partes interessadas" para corroborar essa afirmação, sem no entanto, desenvolver sobre outros casos de remunicipalização da água na Alemanha. A afirmação é reiterada no Relatório Final, onde o caso de Berlim é discutido sem mencionar o acréscimo injustificado de preços associado à privatização.xlviii Portanto, evidências documentais de redução de preços após a remunicipalização em Berlim são negligenciadas, enquanto, surpreendentemente, evidências não especificadas de nenhuma diferença nos preços em outros casos recebem muito destaque.

No que diz respeito ao processo político de remunicipalização, as conclusões do Estudo caracterizam erroneamente o crescente fenómeno da remunicipalização como o resultado exclusivo das preferências políticas de actores como políticos e movimentos sociais. Isto é devido à subrepresentação dos pontos de vista registados das partes interessadas espanhola e húngara e da discussão acrítica do processo político de remunicipalização na França e na Alemanha. De facto, a revisão da literatura sobre o processo político permite identificar fatores políticos entre os determinantes da remunicipalização (por exemplo, a preferência das organizações civis pela propriedade pública como forma de promover o direito humano à água, a preferência dos governos locais pela propriedade pública, como forma de reafirmar o controlo público sobre a gestão do serviço público e responder às exigências democráticas dos cidadãos), juntamente com os factores associados ao desempenho contratual e à sustentabilidade económica da liberalização e privatização da água. xlix

É frequente que a remunicipalização ocorra como o resultado conjunto da mobilização social, insatisfação coletiva com o desempenho contratual e / ou diversas irregularidades. Por exemplo, no caso de Grenoble, as exigências democráticas de remunicipalização foram motivadas pela corrupção e pelos preços excessivos associados à gestão privada. Em Paris, a decisão do governo municipal de remunicipalizar não era apenas de natureza política, mas foi vista como uma forma de pôr fim à falta de transparência financeira e responsabilidade que repetidamente foram criticadas pelos auditores públicos. Em Berlim, a mobilização social para a remunicipalização foi motivada pela falta de transparência e pelos preços excessivos associados à privatização parcial. A principal campanha popular para a remunicipalização em Berlim estruturou seus argumentos em torno do direito humano à água, bem como considerações económicas derivadas da experiência concreta com a liberalização e a privatização. Iii

O resultado é que o processo político e o resultado político da remunicipalização explicam as limitações da abordagem da Comissão Europeia à governação do serviço de água. A preferência política da Comissão pela liberalização da água, a privatização e a regulação tecnocrática vai de facto contra a possibilidade de usar a vantagem comparativa do setor público para promover o direito humano à água. Isto não é apenas porque a liberalização da água e a privatização restringem por si só oportunidades de gestão pública e governação democrática. Também realizar o direito humano à água requer mais do que aumentar a eficiência e eficácia; exige uma nova priorização de objectivos, regras e recursos que colocam o desenvolvimento da comunidade acima do mercado. E isso é uma coisa que a regulamentação tecnocrática, simplesmente, não pode propiciar.

4. O que as pessoas querem é água pública e direito à água – não querem liberalização, privatização ou regulação tecnocrática

As exigências sociais de serviços públicos de água são generalizadas entre os países e podem assumir a forma de uma opinião pública difusa ou de uma mobilização social. Um exemplo do primeiro é representado por pesquisas de opinião persistentemente favoráveis ao retorno dos serviços de água à propriedade pública na Inglaterra e no País de Gales. Em junho de 2006, 17 anos após a privatização de 1989, 56% das pessoas numa sondagem acreditavam que o país "teria menos problemas com o abastecimento de água se a indústria fosse renacionalizada e as empresas privadas fossem substituídas por um conselho da água de propriedade do governo" enquanto 38% discordaram. Os resultados foram consistentes em todas as faixas etárias e regiões. Iiv Em Maio de 2012, uma pesquisa similar descobriu que 71% das pessoas queriam a renacionalização dos serviços de água. Vo Outra pesquisa de opinião em 2017 descobriu que 83% do público britânico favorece a propriedade pública de serviços de água. Exemplos de campanhas sociais contra a privatização da água que acompanharam as demandas de propriedade pública às demandas do direito humano à água incluem, além do caso de Berlim, campanhas na Itália, na Grécia, em Portugal e ao nível europeu. Ivii

A associação popular do direito humano à água com a propriedade pública dos serviços de água não é surpreendente. De facto, a água produz significados interculturais associados à vida e à morte e à identidade social e espiritual, viii que explicam por que as comunidades de todos os países preferem a propriedade pública à propriedade privada, além de qualquer consideração de eficiência relativa. Vêem instintivamente a propriedade pública e o controle dos serviços de água como um componente integral da preservação e desenvolvimento da comunidade. A resistência social contra a privatização da água e a mercantilização é, portanto, vista como um imperativo moral em todos os continentes, não apenas na Europa, lix e parte da construção de uma sociedade mais progressiva. Vo casos do referendo italiano sobre a água e o sucesso da primeira iniciativa cidadania europeia (ice) ilustram este ponto.

Em 2011, 27,6 milhões de cidadãos - ou seja, 96% dos eleitores italianos - votaram em referendo nacional contra a liberalização da água, a privatização e a regulação tecnocrática. Mais precisamente, além das disposições da adopção obrigatória de concursos no sector da água, o eleitorado votou para abolir a legislação nacional que estabelece uma taxa de retorno garantida nas fórmulas tarifárias. A campanha do referendo girava em torno de ideias da água como um direito humano, um bem comum e um componente central da democracia. Portanto, os activistas alegavam que essas ideias eram antagónicas à liberalização, privatização e regulamentação tecnocrática. Ixii

Em 2013, cerca de 1,9 milhões de cidadãos europeus em 28 Estados-Membros da União Europeia subscreveram a Iniciativa Europeia de Cidadãos, "Água e saneamento são um direito humano! A água é um bem público, não uma mercadoria! "A Iniciativa convidou a Comissão Europeia a propor uma legislação que implemente o direito humano à água e ao saneamento, tal como reconhecido pelas Nações Unidas, promovendo a provisão de água e saneamento como serviços públicos essenciais para todos - tornando a gestão do serviço da água não sujeita às regras do mercado interno sobre a liberalização, promovendo a participação da comunidade, promovendo Parcerias Público-Públicas (PUPs) e promovendo o acesso universal à água e ao saneamento. Ixiii Em Março de 2014, a Comissão publicou sua resposta à Iniciativa. Na sua resposta, a Comissão Europeia prometeu apoiar os PUP Norte-Sul e Sul-Sul através dos seus programas de água e procurar identificar novas oportunidades de parceria. Também se comprometeu a desenvolver novas iniciativas para melhorar a transparência para os cidadãos em relação ao acesso à informação. Ixiv

Em Setembro de 2015, o Parlamento Europeu emitiu uma Resolução sobre o acompanhamento da Iniciativa Europeia de Cidadãos «Direito à água», onde lamentou que a resposta da Comissão Europeia "tenha falta de ambição, não atenda às exigências específicas feitas na IEC e se limita a reiterar compromissos existentes; salienta que a resposta dada pela Comissão à IEC é insuficiente, uma vez que não traz nada de novo e não introduz todas as medidas que possam ajudar a atingir os objectivos ".lxv"

Além disso, a declaração de 17 de Novembro de 2017 sobre o pilar europeu dos direitos sociais, assinada em Gotemburgo pelos presidentes do Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Comissão Europeia, inclui o princípio do "Acesso aos serviços essenciais". Todos têm o direito de acesso aos serviços essenciais de boa qualidade, incluindo água, saneamento, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais. O apoio ao acesso a esses serviços deve estar disponível para os necessitados." Tendo em vista a resolução de 2015, considerando a mensagem consistente e inequívoca que os cidadãos europeus enviaram à Comissão Europeia – nomeadamente, a de que os serviços de água devem ser reconhecidos e tratados como um direito humano, tanto no direito europeu como no direito nacional, e em vista da declaração de Gotemburgo - que implica que a implementação do direito humano à água é prioritária sobre o benchmarking de indicadores que, como o facturamento e a medição, são insuficientes para que ocorram mudanças progressivas, é importante identificar possíveis iniciativas que a Comissão Europeia poderia tomar para respeitar, proteger e satisfazer esse direito.

5. Tempo para a Comissão Europeia criar um ambiente institucional onde o direito à água possa prosperar

Este comentário discute evidências que sustentam a visão de que a Comissão Europeia deve abandonar sua preferência política pela liberalização da água, a privatização e a regulamentação tecnocrática. Primeiro, porque os custos de transação de liberalização da água, privatização e regulação tecnocrática representam uma perda social que é um peso morto. Em segundo lugar, porque os custos sociais da liberalização, privatização e regulação tecnocrática - da ausência de ganhos de eficiência a irregularidades frequentes e um impacto negativo na redistribuição regressiva - são severamente subestimados e devem ser enfrentados com urgência. Em terceiro lugar, porque esses custos incluem os custos sociais de oportunidade da liberalização da água e da privatização - que é a impossibilidade de usar a vantagem comparativa do sector público para promover o direito humano à água. Em quarto lugar, porque milhões de cidadãos europeus exigem o reconhecimento da água como um direito

humano, tanto no direito europeu como nacional, e que a propriedade pública e o controle democrático dos serviços da água estão no centro das políticas de promoção desse direito. Por conseguinte, são feitas as seguintes recomendações sobre a forma como a Comissão Europeia pode respeitar, proteger e cumprir o direito humano à água.

Recomendação 1. A Comissão Europeia deve evitar criar um ambiente institucional que prejudique o direito humano à água. Em particular, a resolução do Parlamento Europeu de Setembro de 2015 requere à Comissão que "exclua permanentemente a água e o saneamento de águas residuais das regras do mercado interno e de qualquer acordo de comércio". Ixviii Portanto, é importante que a Comissão Europeia pare de considerar, como sugerido pela fundamentação do Estudo, a hipótese de ampliar a aplicação da Directiva de concessões ao sector de água. Também a resolução do Parlamento Europeu insta a Comissão a abster-se de promover "a privatização dos empreendimentos ou empresas de águas no contexto de um programa de ajustamento económico ou qualquer outro procedimento da UE de coordenação da política económica". Ixviii Por conseguinte, a Comissão Europeia deve evitar agir num estudo recentemente encomendado que, tal como foi revelado pelo Observatório Europeu das Grandes Empresas (CEO) Ixix — se centra nos desafios operacionais e fiscais que as empresas estatais colocam ao erário público, sem primeiro encomendar um estudo comparável sobre os desafios representados pela liberalização e a privatização para a implementação do direito humano à água e para os contribuintes, consumidores e todos os cidadãos no sector de água e outros serviços públicos essenciais.

Recomendação 2. A Comissão Europeia deve criar um ambiente institucional onde o direito humano à água possa prosperar, adotando uma legislação que promova uma efectiva participação pública no sector de água. Essa legislação deve promover formas avançadas de participação pública na tomada de decisões sobre a provisão de serviços de água e mecanismos robustos para fortalecer a responsabilização. A proposta de promover o benchmarking - contida na resposta da Comissão Europeia de 2014 à Iniciativa de Cidadania Europeia, lxx é inadequada para cumprir o direito humano à água, porque, embora necessário, o acesso à informação é uma forma de participação rudimentar e insuficiente. Essa legislação devia ter em atenção os apelos da resolução de 2015 do Parlamento Europeu sobre "participação activa" no sector da água e para "a Comissão desenvolver critérios de transparência, prestação de contas e participação como um meio de melhorar o desempenho, a sustentabilidade e a relação custo-eficácia dos serviços de água". Exxii

Recomendação 3. A Comissão Europeia deve promover o direito humano ao direito à água, adotando legislação contra custos excessivos para os utentes de água. Essa legislação deve promover a transparência financeira e impedir lucros excessivos. A proposta da Comissão Europeia de Fevereiro de 2018 para uma reformulação da Directiva relativa à água potável - adoptada em resposta à Iniciativa Europeia de Cidadãos «Direito à água» - contém uma obrigação para todos os Estados-Membros da UE de "tomar todas as medidas necessárias para melhorar o acesso de todos à água destinada ao consumo humano - mas nenhuma disposição específica para garantir a acessibilidade financeira. A proposta ignora, portanto, lições importantes sobre a luta contra a pobreza hídrica e a promoção do direito humano à água. Uma dessas lições é que reduzir o custo total da provisão de água é mais equitativo do que fornecer o bem-estar social aos "pobres hídricos", permitindo em simultâneo que sejam impostos a todos custos excessivos. Outra lição é a seguinte: porque lucros e preços excessivos têm

um impacto negativo sobre a acessibilidade, não os enfrentar alimenta a pobreza da água e mina o direito humano à água. Ixxiv

Recomendação 4. A Comissão Europeia deve promover o direito humano à água, permitindo e apoiando Parcerias Público-Público intra-europeias (PUPs). Graças ao seu carácter sem fins lucrativos que permite a confiança e facilita a transferência de conhecimento, as Parcerias Público-Público (PUPs) têm sido fundamentais para o sucesso da reforma institucional e do desenvolvimento de capacidade dos operadores públicos de água nos países bálticos antes da adesão à UE. Ixxv Um ambiente facilitador poderia apoiar a mobilização de PUPs para o cumprimento do direito humano à água nos países membros da UE. Isso não deve excluir a possibilidade de apoiar os PUP internacionais, norte-sul e sulsul para o cumprimento do direito humano à água nos países ACP, tendo em vista o seu histórico na promoção do desenvolvimento da capacidade no Sul global. Ixxvi

Agradecimentos

Agradeço a Jan Willem Goudriaan, David Hall, Christa Hecht e Vera Weghmann por comentários e sugestões úteis. Todos os erros continuam a ser responsabilidade do autor. O apoio financeiro da Fundação Independente de Pesquisa Social é reconhecido com gratidão (http://www.isrf.org/about/fellows-and-projects/emanuele-lobina).

Notas

¹ Blagoeva, T., Rossing, C. (2015) Study on Water Services in Selected Member States. Final Report, produced by Ramboll for the European Commission, Quotation N° 1/214-MARKT/C/2 under the Framework Service Contract MARKT/2013/130/C3/SE/FC, 10 July 2015.

(https://dspace.lib.cranfield.ac.uk/bitstream/handle/1826/2223/State%20vs%20Private%20Sector-water%20Africa-2006.pdf; jsessionid=D96093C98F610BFA48602BB24618CF92? sequence=1).

(https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/623009/ofwat-annual-report-web.pdf).

¹¹ 2 Lobina, E. (2005) Problems with Private Water Concessions: A Review of Experiences and Analysis of Dynamics, in International Journal of Water Resources Development, Vol. 21, No. 1, pp. 55-87 (see also http://www.psiru.org/sites/default/files/2003-06-W-over.doc); Kirkpatrick, C., Parker, D., Zhang, Y. F. (2006). An empirical analysis of state and private-sector provision of water services in Africa. The World Bank Economic Review, Vol. 20, No. 1, pp. 143-163

Dagdeviren, H. and Robertson, S. A., 2016. A critical assessment of transaction cost theory and governance of public services with special reference to water and sanitation, Cambridge Journal of Economics, vol. 40, no. 6, 1707-24.

^{iv} Ménard, C. (2017). Meso-institutions: The variety of regulatory arrangements in the water sector, Utilities Policy, vol. 47, 6-19. ^v Ofwat (2017) Annual report and accounts 2016-17. Report presented to Parliament pursuant to section 192B of the Water In-dustry Act 1991 (as amended by section 38 of the Water Act 2003), p. 28

National Audit Office (2015) The economic regulation of the water sector. Report by the Comptroller and Auditor General prepared under Section 6 of the National Audit Act 1983 for presentation to the House of Commons in accordance with Section 9 of the Act, and ordered by the House of Commons to be printed on 12 October 2015 (https://www.nao.org.uk/wp-content/uploads/2014/07/The-economic-regulation-of-the-water-sector-Summary.pdf).

vii Lobina, E., Hall, D. (2003) Problems with private water concessions: a review of experience. PSIRU Reports, June 2003 (http://www.psiru.org/reports/2003-06-W-over.doc).

viii Source: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), accessed: 5 December 2017 (http://www.ohchr.org/EN/Issues/WaterAndSanitation/SRWater/Pages/SRWaterIndex.aspx).

ix Chaire Economie des Partenariats Public Privé, IAE de Paris (2012) Gestion Publique ou Privée? Un benchmarking des services d'eau en France; Le Lannier, A., Porcher, S. (2012) Gestion Publique ou Privée? Un benchmarking des services d'eau en France, Revue d'économie industrielle, Vol. 140, pp. 19-44 (http://journals.openedition.org/rei/5464).

x Chong, E., Huet, F., Saussier, S., Steiner, F. (2006) Public-private partnerships and prices: Evidence from water distribution in France, Review of Industrial Organization, Vol. 29, pp. 149–169 (https://www.webssa.net/files/chongetal2006_s9.pdf).

^{XI} 110ffice for National Statistics, Main comparisons: Population and Migration, The National Archives

⁽http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20160106185934/http://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/compendiums/compendium-of-uk-statistics/population-and-migration/index.html). All the figures on population density refer to mid-2013.

xii Saal D., Parker D., and Weyman-Jones T. (2007) Determining the contribution of technical change, efficiency change and scale change to productivity growth in the privatized English and Welsh water and sewerage industry: 1985–2000. J Prod Anal (2007) 28:127–139 DOI 10.1007/s11123-007-0040-z

- xiii Saal D. and Parker D. (2001) Productivity and Price performance in the privatised water and sewage companies of England and Wales. Journal of Regulatory Economics 2001, 61-90 http://www.springerlink.com/content/m3j6018112134q78/; David S. Saal. The Impact of Privatisation on the English and Welsh Water and Sewerage Industry. Paper presented at CESifo Confer-ence on Privatisation Experiences in the EU, Munich 10-11 January 2003. The Impact of Privatisation on the English and Welsh Water and Sewerage Industry http://www.cesifo-group.de/pls/portal/docs/PAGE/IFOCONTENT/BISHERIGESEITEN/CESIFO_INHALTE/EVENTS/CONFERENCES/PRI03/PAPERS/PRI03-SAAL.PDF; Stone and Webster 2004. An investigation into opex productivity trends and causes in the water indus-try in England & Wales 1992-93 to 2002-03. Main Report Final May 2004.
- http://www.ofwat.gov.uk/aptrix/ofwat/publish.nsf/AttachmentsByTitle/stone_webster_100604.pdf/\$FILE/stone_webster_100604.pdf#search=%22site %3Awww.ofwat.gov.uk%20productivity%22.
- xiv Hall, D., Lobina, E. (2008) From a private past to a public future? the problems of water in England and Wales. PSIRU Reports, commissioned by the GMB union, November 2007 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-02-W-UK.doc).
- xv Lobina, E., Hall, D. (2008) The Illusions of Competition in the Water Sector. A UNISON Response to the Cave Review of Competition and Innovation in Water Markets. PSIRU Reports, September 2008 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-09-W-UKcompet.doc).
- xvi Lobina, E., Hall, D. (2007) Experience with private sector participation in Grenoble, France and lessons on strengthening public water operations, in Utilities Policy, Vol. 15, No. 2, pp. 93-109; Lobina, E. (2006) D21: WaterTime case study Grenoble, France, Deliverable D21, 10 March 2006. Research Project on "Decision making in water systems in European cities" (WATERTIME), European Commission, 5th Framework Programme, 2002-2005. Contract No. EVK4-2002-0095 (http://www.watertime.net/docs/WP2/D21_Grenoble.doc).
- xvii Hall, D. (1999) Privatisation, multinationals, and corruption, in Development in Practice, Vol. 9, No. 5, pp. 539-556. See also http://www.psiru.org/sites/default/files/9909-U-U-Corrup.doc.
- viii OECD (2012) Investigation and Prosecution of Corruption: Bribery, illicit enrichment and liability of legal persons. Proceedings of the regional seminar held in Batumi, Georgia, 25-26 September 2012 and hosted by the Ministry of Justice of Georgia. OECD Anti-Corruption Network for Eastern Europe and Central Asia

(https://www.oecd.org/corruption/acn/ACNBatumiSeminarProceedingsSep2012ENG.pdf).

- xix RFI (2017) Veolia investigated in France over Romania bribery accusations, 2nd June 2017 (http://en.rfi.fr/economy/20170602-veolia-investigated-france-over-romania-bribery-accusations).
- XX PricewaterhouseCoopers, ECORYS (2013) Identifying and Reducing Corruption in Public Procurement in the EU Develop-ment of a methodology to estimate the direct costs of corruption and other elements for an EU-evaluation mechanism in the ar-ea of anti-corruption, 30 June 2013. Study cited in European Commission (2014) EU Anti-Corruption Report from the Commis-sion to the Council and the European Parliament, COM(2014) 38 final, Brussels, 3rd February 2014 (https://ec.europa.eu/home- 17 affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr 2014 en.pdf).
- xxi European Parliament resolution of 25 October 2011 on modernisation of public procurement (2011/2048(INI)) (http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P7-TA-2011-0454+0+DOC+PDF+V0//EN).
- European Commission (2014) EU Anti-Corruption Report from the Commission to the Council and the European Parliament, COM(2014) 38 final, Brussels, 3rd February 2014 (https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr_2014_en.pdf).
- xxiii Lobina E, Corporate Accountability International (2014) Troubled Waters: Misleading industry PR and the case for public water. Corporate Accountability International, Boston, November 2014 (http://psiru/reports/troubled-waters-misleading-industry-pr-and-case-public-water); Lobina, E., Paccagnan, V. (2005) D33: WaterTime case study Milan, Italy, WaterTime Deliverable D33, 4 March 2005. Research Project on "Decision making in water systems in European cities" (WATERTIME), European Commission, 5th Framework Programme, 2002-2005. Contract No. EVK4-2002-0095 (http://www.watertime.net/docs/WP2/D33_Milan.doc).
- xxiv Tsybine, A. (2001) The Big Greedy A Background Check on the Corporations Vying to Take Over New Orleans' Water System, A special report by Public Citizen's Critical Mass Energy and Environment Program, September 2001 (http://www.citizen.org/documents/Big_Greedy_(PDF).PDF); Lobina, E., Hall, D. (2003) Problems with private water concessions: a review of experience. PSIRU Reports, June 2003 (http://www.psiru.org/reports/2003-06-W-over.doc).
- XXV Cour des Comptes (1997). La gestion des services publics locaux d'eau et d'assainissement. Paris: Les 'editions du Journal; Global Water Report (2002a). Nice work cuts costs. *Global Water Report*, N. 144, 19 April 2002, p. 3; Global Water Report (2002b). Avignon beats down the price. *Global Water Report*, N. 142, 22 March 2002, p. 6.
- xxvi House of Commons Committee of Public Accounts (2015) Economic regulation of the water sector. Report, together with for-mal minutes relating to the report. Fifteenth Report of Session 2015–16. Ordered by the House of Commons to be printed 16 December 2015 (https://www.publications.parliament.uk/pa/cm201516/cmselect/cmpubacc/505/505.pdf).
- xxvii Hall, D., Lobina, E. (2008) From a private past to a public future? the problems of water in England and Wales. PSIRU Reports, commissioned by the GMB union, November 2007 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-02-W-UK.doc).
- xxviii Dagdeviren, H. and Robertson, S. A., 2016. A critical assessment of transaction cost theory and governance of public ser-vices with special reference to water and sanitation, Cambridge Journal of Economics, vol. 40, no. 6, 1707-24; Hermann, C. (2016). The public sector and equality, Global Social Policy, 16(1), pp.4-21; Hall, D. (2014). Equality and public services Be-yond consumer spending, PSIRU Reports, April 2014 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2014-03-EQUALITY.docx).
- PSIRU (Public Services International Research Unit). 2014. Public and private sector efficiency, A briefing for the EPSU Congress, London (www.epsu.org/IMG/pdf/PSIRU_efficiency.pdf).
- xxx Hermann, C., Flecker, J. (2009). Privatisation of Public Services and the Impact on Quality, Employment and Productivity (PIQUE) Final Report. Deliverable 21 for the Project "Privatisation of Public Services and the Impact on Quality, Employment and Productivity" (PIQUE) CIT5-2006-028478 (STREP, June 2006-May 2009) funded by the European Commission's 6th Framework programme, FORBA, Vienna (http://cordis.europa.eu/docs/publications/1224/122489371-6_en.pdf).
- Gassner, K., Popov, A., & Pushak, N. (2009). Does private sector participation improve performance in electricity and water distribution? PPIAF Trends and policy options, No. 6. Washington, DC: The World Bank
- (http://documents.worldbank.org/curated/en/102161468160178940/pdf/461320PUB0Box31010FFICIAL0USE0ONLY1.pdf).

- Lobina, E., Hall, D. (2008) Water, in Thomas, S. (ed.) Poor Choices: The limits of competitive markets in the provision of essential services to low-income consumers. London: energywatch, pp. 93-122 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-09-EW-PoorChoicesWater.pdf).

 xxxiii Bradshaw, J., Huby, M. (2013). Water poverty in England and Wales, Journal of poverty and social justice, 21(2), pp. 137-148 (http://dro.dur.ac.uk/13131/1/13131.pdf?DDD34+mrnv91+mvrl45+d700tmt).
- xxxiv National Audit Office (2015) Ofwat The economic regulation of the water sector. Report by the Comptroller and Auditor General, HC 487, Session 2015-16, 14 October 2015, pp. 7, 24 (https://www.nao.org.uk/wp-content/uploads/2014/07/The-economic-regulation-of-the-water-sector.pdf).
- XXXV Fitzpatrick, S., Bramley, G., Sosenko, F., Blenkinsopp, J., Johnsen, S., Littlewood, M., Netto, G., Watts, B. (2016) Destitution in the UK. York: The Joseph Rowntree Foundation (https://www.jrf.org.uk/report/destitution-uk).
- xxxvi Lobina, E., Hall, D. (2008) Water, in Thomas, S. (ed.) Poor Choices: The limits of competitive markets in the provision of essential services to low-income consumers. London: energywatch, pp. 93-122 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-09-EW-PoorChoicesWater.pdf).
- xxxvii Hall, D., Lobina, E. (2008) From a private past to a public future? the problems of water in England and Wales. PSIRU Reports, commissioned by the GMB union, November 2007 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-02-W-UK.doc).
- xxxviii Lobina, E. (2005). Problems with private water concessions: A review of experiences and analysis of dynamics. International Journal of Water Resources Development, 21(1), 55–87.
- xxxix Lobina, E., Hall, D. (2007) Experience with private sector participation in Grenoble, France and lessons on strengthening public water operations, in Utilities Policy, Vol. 15, No. 2, pp. 93-109; Lobina, E. (2006) D21: WaterTime case study Grenoble, France, Deliverable D21, 10 March 2006. Research Project on "Decision making in water systems in European cities" (WATERTIME), European Commission, 5th Framework Programme, 2002-2005. Contract No. EVK4-2002-0095 (http://www.watertime.net/docs/WP2/D21_Grenoble.doc).
- xl Lobina, E. (2013). Remediable institutional alignment and water service reform: Beyond rational choice, in International Journal of Water Governance, 1(1/2), pp. 109-132 (file:///C:/Users/le26/Downloads/Pages-from-IJWG_volume_1_issue-2_2013_Artikel_5%20(4).pdf).
- xli Lobina, E., Corporate Accountability International (2014). Troubled Waters: Misleading industry PR and the case for public water. Corporate Accountability International, Boston, November 2014 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2014-11-W-TroubledWaters.pdf); Sinaï, A. (2013). L'eau à Paris: retour vers le public. Paris: Eau de Paris (http://www.eaudeparis.fr/uploads/tx_edpevents/LivreRemunicipalisation_01.pdf).
- xlii Lobina, E., Hall, D. (2007) Experience with private sector participation in Grenoble, France and lessons on strengthening public water operations, in Utilities Policy, Vol. 15, No. 2, pp. 93-109.
- xilii Lobina, E. (2006) D21: WaterTime case study Grenoble, France, Deliverable D21, 10 March 2006. Research Project on "Decision making in water systems in European cities" (WATERTIME), European Commission, 5th Framework Programme, 2002-2005. Contract No. EVK4-2002-0095 (http://www.watertime.net/docs/WP2/D21_Grenoble.doc).
- right, The European, 29 March 2013 (http://www.theeuropean-magazine.com/thomas-haendel--2/6626-water-as-a-human-right); Lanz K, Eitner K (2005) WaterTime case study Berlin, Germany, WaterTime Deliverable D12, 31 January 2005. Research Project on 'Decision making in water systems in European cities' (WATERTIME), European Commission, 5th Framework Programme, 2002-2005. Contract No. EVK4-2002-0095 (http://www.watertime.net/docs/WP2/D12_Berlin.doc); Beveridge, R., Naumann, M. (2014). Global norms, local contestation: Privatisation and de/politicisation in Berlin, Policy & Politics, 42(2), pp. 275-291; Beveridge, R., Naumann, M. (2015). Another urban infrastructure is possible Contesting energy and water networks in Berlin. In Coutard, O., Rutherford, J. (eds.) Beyond the Networked City: Infrastructure reconfigurations and urban change in the North and South. London and New York: Routledge, pp. 138-158.
- xlv Berliner Senatsverwaltung für Finanzen (Berlin Senate Administration for Finance) (2013) Rückkauf der Berliner Wasserbetriebe abgeschlossen" (https://www.berlin.de/sen/finanzen/vermoegen/nachrichten/artikel.30112.php); Lobina E, Kishimoto S, Petitjean O (2014) Here to stay: Water remunicipalisation as a global trend. Public Services International Research Unit, Transnational Institute, Multinationals Observatory, London, Amsterdam, Paris, November 2014 (http://psiru/sites/default/files/2014-11-W-HeretoStay.pdf).
- xIVI Bundeskartellamt (2012) Bundeskartellamt orders Berliner Wasserbetriebe to cut drinking water prices by a total of 254 million euros for the period 2012-2015. 5 June 2012
- (http://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Meldung/EN/Pressemitteilungen/2012/05_06_2012_Wasser-Berlin.html?nn=3591568); Bundeskartellamt (2014) Düsseldorf Higher Regional Court confirms Bundeskartellamt decision on reduction of Berlin water prices, Bundeskartellamt news item, 24 February 2014
- (http://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Meldung/EN/Meldungen%20News%20Karussell/24_02_2014_Wasser.html); Bundeskartellamt (2014) Measures to lower water prices in Berlin extended for three more years until 2018, Bundeskartellamt news item, 7 May 2014 (http://www.bundeskartellamt.de/SharedDocs/Meldung/EN/Pressemitteilungen/2014/07_05_2014_BWB.html).
- xlvii Zeiss, C., Lessmann, F. (2015) Germany Water Services in Selected Member States. Appendix 6, part of the study on Quotation N° 1/214-MARKT/C/2 "Water services in selected Member States" under the Framework Service Con-tract MARKT/2013/130/C3/SE/FC, 22 May 2015, p. 14, 18. xlviii Blagoeva, T., Rossing, C. (2015) Study on Water Services in Selected Member States. Final Report, produced by Ramboll for the European Commission, Quotation N° 1/214-MARKT/C/2 under the Framework Service Contract MARKT/2013/130/C3/SE/FC, 10 July 2015, pp. 17, 19.
- xlix Hall, D., Lobina, E., Terhorst, P. (2013) Re-municipalisation in the early 21st century: water in France and energy in Germany, in International Review of Applied Economics, 27(2), pp. 193-214; Kishimoto, S., Lobina, E., Petitjean, O. (eds.) (2015) Our public water future: The global experience with remunicipalisation. Amsterdam, London, Paris, Cape Town and Brussels: Transnational Institute, Public Services International Research Unit, Multinationals Observatory, Municipal Services Project and the European Federation of Public Service Unions
- (http://www.psiru.org/sites/default/files/2015-04-W-OurPublicWaterFutureFINAL.pdf); Lobina, E. (2017) Water remunicipalisation: Between pendulum swings and paradigm advocacy. In Bell, S., Allen, A., Hofmann, P., Teh, T.H. (eds.) Urban Water Trajectories. London: Springer, pp. 149-161.
- Lobina, E., Hall, D. (2007) Experience with private sector participation in Grenoble, France and lessons on strengthening public water operations, in Utilities Policy, Vol. 15, No. 2, pp. 93-109; Lobina, E. (2006) D21: WaterTime case study Grenoble, France, Deliverable D21, 10 March 2006. Research Project on "Decision making in water systems in European cities" (WATERTIME), European Commission, 5th Framework Programme, 2002-2005. Contract No. EVK4-2002-0095 (http://www.watertime.net/docs/WP2/D21_Grenoble.doc).

- Pigeon M (2012) Une eau publique pour Paris: Symbolism and Success in the Heartland of Private Water. In: Pigeon M, McDonald DA, Hoedeman O, Kishimoto S (eds) Remunicipalisation: Putting Water Back into Public Hands. Transnational Institute, Amsterdam, p 24-39 (http://corporateeurope.org/sites/default/files/publications/remunicipalisation%20web%20final.pdf); Sinaï, A. (2013). L'eau à Paris: retour vers le public. Paris: Eau de Paris (http://www.eaudeparis.fr/uploads/tx_edpevents/LivreRemunicipalisation_01.pdf).
- lii Berliner Wassertisch (2013) Berlin Water Charter (http://berliner-wassertisch.net/assets/docs/Berlin%20Water%20Charter.pdf).
- lili Lobina, E. (2015) Introduction: Calling for progressive water policies. In: Kishimoto, S., Lobina, E., Petitjean, O. (eds.) Our public water future: The global experience with remunicipalisation. Amsterdam, London, Paris, Cape Town and Brussels: Transnational Institute, Public Services International Research Unit, Multinationals Observatory, Municipal Services Project and the European Federation of Public Service Unions (http://www.psiru.org/sites/default/files/2015-04-W-OurPublicWaterFutureFINAL.pdf); Lobina, E. (2017) Water remunicipalisation: Between pendulum swings and paradigm advocacy. In Bell, S., Allen, A., Hofmann, P., Teh, T.H. (eds.) Urban Water Trajectories. London: Springer, pp. 149-161 (http://gala.gre.ac.uk/14983/1/14983%20LOBINA_Water_Remunicipalisation_2017.pdf).
- liv Hall, D., Lobina, E. (2008) From a private past to a public future? the problems of water in England and Wales. PSIRU Reports, commissioned by the GMB union, November 2007 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-02-W-UK.doc).
- lv Hall, D. (2014) UK is out of step with the rest of the world on access to water, The Conversation, 7 March 2014 (http://theconversation.com/uk-is-out-of-step-with-the-rest-of-the-world-on-access-to-water-24095); Coates, J. (2012) 71 per cent say renationalise water industry, Express, 6 May 2012 (https://www.express.co.uk/news/uk/318424/71-per-cent-say-renationalise-water-industry).
- Vi Legatum Institute (2017) Public opinion in the post-Brexit era: Economic attitudes in modern Britain, 29 September 2017 (https://www.li.com/activities/publications/public-opinion-in-the-post-brexit-era-economic-attitudes-in-modern-britain); Elliott, M., Kanagasooriam, J. (2017) Public opinion in the post-Brexit era: Economic attitudes in modern Britain, Legatum Institute, October 2017 (https://lif.blob.core.windows.net/lif/docs/default-source/default-library/1710-public-opinion-in-the-post-brexit-era-final.pdf?sfvrsn=0).
- lvii Bieler, A. (2015). "Sic Vos Non Vobis" (For You, But Not Yours): The Struggle for Public Water in Italy, Monthly Review, 67(5), pp. 35-49 (https://search.proquest.com/openview/c4d6c75e8419f9f7267bb0cc5e3ff7dd/1?pq-origsite=gscholar&cbl=48155); Bieler, A. (2017). Fighting for public water: the first successful European Citizens' Initiative, "Water and Sanitation are a Human Right", Interface: a journal for and about social movements, 9(1), pp. 300-326 (http://eprints.nottingham.ac.uk/44378/1/Interface-9-1-Bieler.pdf); Bieler, A., Jordan, J. (2017). Commodification and 'the commons': The politics of privatising public water in Greece and Portugal during the Eurozone crisis. European Journal of International Relations, (http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1354066117728383).
- Viii Strang, V. (2005). Common senses: Water, sensory experience and the generation of meaning, *Journal of Material Culture*, 10(1), pp. 92–120 (http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/135918350505096).
- lix Hall, D., Lobina, E., de la Motte, R. (2005) Public resistance to privatisation in water and energy, in Development in Practice, Volume 15, Numbers 3 & 4, June 2005, pp. 286-301 (https://docs.gre.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0010/1515862/Public-resistance-to-privatisation-in-water-and-energy.pdf).
- lx Lobina, E. (2015) Introduction: Calling for progressive water policies. In: Kishimoto, S., Lobina, E., Petitjean, O. (eds.) Our public water future: The global experience with remunicipalisation. Amsterdam, London, Paris, Cape Town and Brussels: Transnational Institute, Public Services International Research Unit, Multinationals Observatory, Municipal Services Project and the European Federation of Public Service Unions (http://www.psiru.org/sites/default/files/2015-04-W-OurPublicWaterFutureFINAL.pdf).
- lxi Lobina E, Corporate Accountability International (2014) Troubled Waters: Misleading industry PR and the case for public water. Corporate Accountability International, Boston, November 2014 (http://psiru/reports/troubled-waters-misleading-industry-prand-case-public-water).
- lxii Bieler, A. (2015). "Sic Vos Non Vobis" (For You, But Not Yours): The Struggle for Public Water in Italy, Monthly Review, 67(5), pp. 35-49 (https://search.proquest.com/openview/c4d6c75e8419f9f7267bb0cc5e3ff7dd/1?pq-origsite=gscholar&cbl=48155); Fantini, E., 2014. Catholics in the making of the Italian water movement: A moral economy. Partecipazione e conflitto, 7(1), pp. 35-57 (file:///C:/Users/le26/Downloads/13752-116026-1-PB%20(1).pdf).
- lxiii Lobina E, Corporate Accountability International (2014) Troubled Waters: Misleading industry PR and the case for public water. Corporate Accountability International, Boston, November 2014 (http://psiru/reports/troubled-waters-misleading-industry-pr-and-case-public-water); Bieler, A. (2017). Fighting for public water: the first successful European Citizens' Initiative, "Water and Sanitation are a Human Right", Interface: a journal for and about social movements, 9(1), pp. 300-326 (http://eprints.nottingham.ac.uk/44378/1/Interface-9-1-Bieler.pdf).
- kiv European Commission (2014) Communication from the Commission on the European Citizens' Initiative "Water and sanita-tion are a human right! Water is a public good, not a commodity!", Brussels, 19 March 2014, COM(2014) 177 final (http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2014/EN/1-2014-177-EN-F1-1.Pdf).
- lxv European Parliament (2015) European Parliament resolution of 8 September 2015 on the follow-up to the European Citizens' Initiative Right2Water (2014/2239(INI)), European Parliament 2014-2019, 8 September 2015. (http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P8-TA-2015-0294+0+DOC+PDF+V0//EN).
- European Parliament, Council of the European Union, European Commission (2017) European Pillar of Social Rights, Declaration of the Presidents of European Parliament, Council of the European Union and European Commission, Gothenburg, 17 November 2017 (https://ec.europa.eu/commission/publications/european-pillar-social-rights-booklet en).
- lxvii European Parliament (2015) European Parliament resolution of 8 September 2015 on the follow-up to the European Citizens' Initiative Right2Water (2014/2239(INI)), European Parliament 2014-2019, 8 September 2015. (http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P8-TA-2015-0294+0+DOC+PDF+V0//EN).
- lxviii European Parliament (2015) European Parliament resolution of 8 September 2015 on the follow-up to the European Citizens' Initiative Right2Water (2014/2239(INI)), European Parliament 2014-2019, 8 September 2015. (http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P8-TA-2015-0294+0+DOC+PDF+V0//EN).

lxxiii European Commission (2018) Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the quality of water intended for human consumption (recast). Brussels, 1st February 2018, COM(2017) 753 final, 2017/0332 (COD) (http://ec.europa.eu/environment/water/water-drink/pdf/revised_drinking_water_directive.pdf).

lxxiv Lobina, E., Hall, D. (2008) Water, in Thomas, S. (ed.) Poor Choices: The limits of competitive markets in the provision of essential services to low-income consumers. London: energywatch, pp. 93-122 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2008-09-EW-PoorChoicesWater.pdf); Bayliss, K., Hall, D. (2017) Bringing water into public ownership: costs and benefits, PSIRU Reports, May 2017

(http://gala.gre.ac.uk/17277/3/17277%20HALL_Bringing_Water_into_Public_Ownership_2017.pdf); Lobina, E. (2017) Categorical errors on water renationalization, PSIRU Briefs, 3rd June 2017

(http://gala.gre.ac.uk/17380/7/17380%20LOBINA_Categorical_Errors_on_Water_Renationalisation_2017.pdf).

lxxv Lobina, E., Hall, D. (2006) Public-Public Partnerships as a catalyst for capacity building and institutional development: lessons from Stockholm Vatten's experience in the Baltic region. PSIRU Reports, August 2006 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2006-09-W-PUPs.doc).

lxxvi Lobina, E., Hall, D. (2012) ACP-EU Water Facility – Partnerships Initiative. Report for the European Commission, Service contract 2010/236-444 (2010-2012), August 2012 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2012-08-W-ACPEUPUPs.docx); Hall, D., Lobina, E., Corral, V., Hoedeman, O., Terhorst, P., Pigeon, M., Kishimoto, S. (2009) Public-public partnerships (PUPs) in water. Report commissioned by the Transnational Institute and PSI, March 2009 (http://www.psiru.org/sites/default/files/2009-03-W-PUPS.doc).

lxix Corporate Europe Observatory (2017) Is the European Commission preparing a new privatisation push?, The Power of Lobbies, 13 November 2017 (https://corporateeurope.org/power-lobbies/2017/11/european-commission-preparing-new-privatisation-push).

lxx European Commission (2014) Communication from the Commission on the European Citizens' Initiative "Water and sanita-tion are a human right! Water is a public good, not a commodity!", Brussels, 19 March 2014, COM(2014) 177 final (http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2014/EN/1-2014-177-EN-F1-1.Pdf).

lxxi Ruiz-Villaverde, A., García-Rubio, M.A. (2017). Public Participation in European Water Management: from Theory to Practice, Water Resources Management, 31(8), pp. 2479-2495 (https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11269-016-1355-1.pdf).

lxxii European Parliament (2015) European Parliament resolution of 8 September 2015 on the follow-up to the European Citizens' Initiative Right2Water (2014/2239(INI)), European Parliament 2014-2019, 8 September 2015. (http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P8-TA-2015-0294+0+DOC+PDF+V0//EN).